



Sistema de Contas Regionais: Brasil 2018

SCR

 ISBN 978-65-87201-32-0
© IBGE, 2020

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, desenvolve um programa de trabalho para a construção de um Sistema de Contas, por Unidades da Federação, metodologicamente integrado e, portanto, comparável, no tempo e no espaço, atendendo à demanda por informações regionalizadas. Para tal, a metodologia adotada no Sistema de Contas Regionais - SCR¹ do Brasil é uniforme, por Unidades da Federação, e integrada à utilizada pelo Sistema de Contas Nacionais - SCN do IBGE.

O SCR, em virtude de suas particularidades, estima o Produto Interno Bruto - PIB pelas óticas da produção e da renda, apresentando informações referentes ao processo de produção e geração da renda regionalmente. A ótica da produção mostra o resultado do processo de produção, valor da produção, menos o consumo intermediário, de cujo saldo, o valor adicionado bruto por atividade econômica, somado aos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos resulta o valor do PIB. Pela ótica da renda, o PIB é igual à soma da remuneração dos fatores de produção, isto é, corresponde ao somatório das remunerações dos empregados, do rendimento misto bruto, do excedente operacional bruto e do total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação. Este informativo apresenta comentários analíticos sobre os principais destaques do SCR 2018, com comparações em relação a 2017 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, ano de início da série.

PIB Variação em volume

Brasil
1,8%

Maior resultado
Amazonas
5,1%

15 Unidades da Federação
com variações médias
superiores à do Brasil

2,8%
correspondendo
a **30,4%** do PIB



Menor resultado
Sergipe
-1,8%

12 Unidades da Federação
com variações médias
inferiores à do Brasil

1,3%
correspondendo
a **69,6%** do PIB

PIB per capita 2018



Maior
Distrito Federal
R\$ 85 661,39



Menor
Maranhão
R\$ 13 955,75

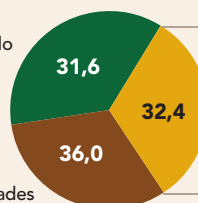
Nota: População residente estimada para 1ª de julho de 2018, segundo as Unidades da Federação, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Concentração econômica

Participação no
PIB do Brasil (%)
2018

São Paulo

Outras
22 Unidades
da Federação



Rio de Janeiro **10,8**
Minas Gerais **8,8**
Rio Grande do Sul **6,5**
Paraná **6,3**



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2015, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza. Outras informações sobre o SCN estão disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>.

PIB pela ótica da produção

Variações em volume

O PIB do Brasil apresentou variação em volume positiva, pelo segundo ano consecutivo, após dois anos seguidos de queda, com crescimento de 1,8%, em 2018, na comparação com 2017. Em 2017, o volume do PIB foi 1,3% e, em 2016, -3,3%.

A única Unidade da Federação que apresentou variação em volume negativa, em 2018, foi Sergipe, com queda de 1,8%. O Estado registrou redução em volume nos quatro últimos anos da série e foi um dos três únicos que não mostraram crescimento em 2017, ao lado do Rio de Janeiro e da Paraíba.

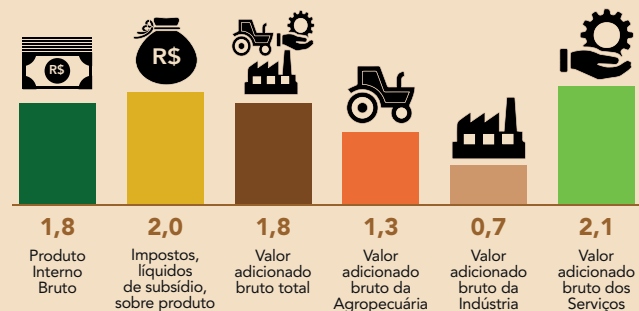
Entre os setores, a *Agropecuária* cresceu 1,3%, a *Indústria*, 0,7%, e os *Serviços* registraram incremento de 2,1%.

Na *Agropecuária*, a maior variação ocorreu na atividade de *Produção florestal, pesca e aquicultura*, cujo crescimento em volume foi 3,7%, motivado, em grande medida, pela silvicultura. Por outro lado, em *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, a variação em volume foi 0,9%, inferior à verificada em 2017 (19,4%), já que, em 2018, o aumento das culturas de algodão, café e soja foi parcialmente compensado pela queda de outras produções relevantes nessa atividade, como a do arroz e a do milho. Quanto à atividade de *Pecuária, inclusive apoio à pecuária*, a variação em volume de 1,4% esteve atrelada sobretudo à criação de aves.

A *Indústria* apresentou o menor crescimento em volume entre os três setores, notadamente em função da *Construção*, cuja retração foi 3,0%. A indústria da construção vem registrando redução desde 2014, e foi a única, entre as 18 atividades econômicas, que não exibiu variação positiva em 2018. Entre as demais atividades industriais, a variação das *Indústrias extrativas* (0,4%) refletiu o balanço entre o crescimento modesto da extração de minério de ferro e a estabilidade da extração de petróleo e gás. Nas *Indústrias de transformação* (1,4%), o aumento foi impulsionado pelos segmentos das indústrias automobilística, de produtos farmacêuticos e de equipamentos de informática. Por fim, em *Eleticidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* (3,7%), houve aumento tanto da geração de energia hidrelétrica, sobretudo nas Regiões Norte e Centro-Oeste, como da distribuição de energia elétrica.

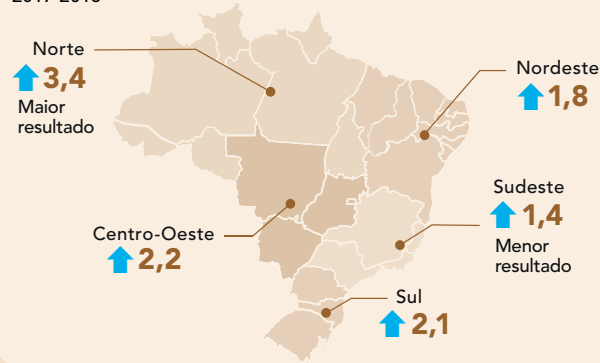
No setor de *Serviços*, que representou 73,0% da economia nacional em 2018, todas as atividades mostraram variação em volume positiva, sendo *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*, *Atividades imobiliárias* e *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares* aquelas que mais contribuíram, com crescimentos de 2,6%, 3,3% e 3,3%, respectivamente.

Variação em volume do PIB; impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; e valor adicionado bruto do Brasil (%) 2018



Variação em volume do PIB (%)

2017-2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

No âmbito regional, a Região Norte obteve a maior variação em volume em 2018, tendo crescido 3,4%, influenciada, principalmente, pelo incremento verificado nos Estados do Amazonas, de Roraima, de Rondônia e do Pará. A Região Sudeste, por outro lado, foi a única com variação em volume inferior à média nacional de 1,8%, com acréscimo de 1,4%, já que apenas o Espírito Santo, com aumento de 3,0%, superou a média nacional.

Seguidas da Região Norte, as Regiões Centro-Oeste e Sul foram a segunda e a terceira maiores variações em volume, com crescimentos de 2,2% e 2,1%, respectivamente. Na Região Nordeste, por sua vez, o incremento foi igual à média brasileira (1,8%).

Entre as 27 Unidades da Federação, as maiores variações em volume ocorreram nas seguintes: Amazonas (5,1%), Roraima (4,8%), Mato Grosso (4,3%), Santa Catarina (3,7%) e Rondônia (3,2%). No Estado do Amazonas, destacou-se, sobretudo, o desempenho das *Indústrias de transformação*, que cresceram 8,8% devido ao segmento de fabricação de produtos de informática e produtos eletrônicos.

Valor corrente, participação percentual, posição relativa e variação em volume do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil
2018

Unidades da Federação	PIB				Variação em volume do Valor Adicionado Bruto (%)			
	Valor corrente (R\$ 1 000 000)	Participação (%)	Posição relativa da variação em volume	Variação em volume (%)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Amazonas	100 109	1,4	1ª	5,1	4,9	(-) 1,6	8,2	3,8
Roraima	13 370	0,2	2ª	4,8	5,1	16,1	5,5	4,4
Mato Grosso	137 443	2,0	3ª	4,3	4,3	5,3	4,2	4,0
Santa Catarina	298 227	4,3	4ª	3,7	3,4	(-) 4,3	3,3	4,2
Rondônia	44 914	0,6	5ª	3,2	3,0	1,3	4,8	2,8
Espírito Santo	137 020	2,0	6ª	3,0	2,9	25,3	(-) 4,6	3,8
Pará	161 350	2,3	7ª	3,0	3,1	(-) 5,2	5,8	3,3
Maranhão	98 179	1,4	8ª	2,9	2,6	(-) 1,0	3,0	3,0
Mato Grosso do Sul	106 969	1,5	9ª	2,5	2,5	1,7	5,0	1,9
Bahia	286 240	4,1	10ª	2,3	2,5	15,9	0,8	1,7
Amapá	16 795	0,2	11ª	2,3	2,5	(-) 7,4	4,9	2,4
Piauí	50 378	0,7	12ª	2,1	2,1	19,9	(-) 2,8	0,7
Tocantins	35 666	0,5	13ª	2,1	2,0	1,1	(-) 1,4	2,8
Rio Grande do Sul	457 294	6,5	14ª	2,0	1,7	(-) 7,1	2,8	2,6
Pernambuco	186 352	2,7	15ª	1,9	2,1	16,6	2,4	1,3
15 Unidades da Federação com variações médias do PIB superiores à do Brasil	2 130 307	30,4		2,8	2,7	1,9	3,0	2,8
Brasil	7 004 141			1,8	1,8	1,3	0,7	2,1
12 Unidades da Federação com variações médias do PIB inferiores à do Brasil	4 873 834	69,6		1,3	1,3	0,7	(-) 0,4	1,8
Rio Grande do Norte	66 970	1,0	16ª	1,8	1,8	17,4	(-) 2,8	2,2
Distrito Federal	254 817	3,6	17ª	1,7	1,5	(-) 6,9	2,7	1,5
São Paulo	2 210 562	31,6	18ª	1,5	1,4	(-) 2,0	0,1	1,9
Ceará	155 904	2,2	19ª	1,4	1,6	8,2	(-) 2,0	1,9
Goiás	195 682	2,8	20ª	1,4	1,5	1,8	(-) 1,2	2,3
Minas Gerais	614 876	8,8	21ª	1,3	1,4	7,6	(-) 0,3	1,5
Paraná	440 029	6,3	22ª	1,2	1,2	(-) 4,1	(-) 1,0	2,8
Paraíba	64 374	0,9	23ª	1,1	1,2	7,8	(-) 2,4	1,5
Alagoas	54 413	0,8	24ª	1,1	1,2	2,2	(-) 0,8	1,3
Rio de Janeiro	758 859	10,8	25ª	1,0	1,0	(-) 1,3	(-) 0,8	1,4
Acre	15 331	0,2	26ª	0,5	0,2	(-) 9,5	(-) 4,0	1,9
Sergipe	42 018	0,6	27ª	(-) 1,8	(-) 1,8	(-) 27,3	(-) 2,6	0,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Roraima registrou acréscimo em volume atrelado ao segmento de *Serviços*, com destaque para *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*; *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*; e *Atividades imobiliárias*. Mato Grosso, por sua vez, apresentou variação justificada, principalmente, por *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, devido às produções de soja e algodão herbáceo.

Em Santa Catarina, os principais destaques foram *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Indústrias de transformação*, enquanto em Rondônia, além dessas duas atividades, houve influência de *Elettricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*, em decorrência do aumento da produção de energia hidrelétrica das Usinas Santo Antônio e Jirau.

As Unidades da Federação que apresentaram as menores variações em volume do PIB, em 2018, foram Sergipe (-1,8), Acre (0,5%), Rio de Janeiro (1,0%), Alagoas (1,1%) e Paraíba (1,1%). No Estado de Sergipe, essa queda foi motivada, principalmente, pela *Agropecuária*, devido às condições climáticas desfavoráveis para a agricultura, as quais ocasionaram a redução da produção de milho. A variação em volume observada no Acre, ainda que positiva, também foi afetada pela queda em volume na *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, em que o aumento da produção de soja não compensou a retração da produção de mandioca. O Rio de Janeiro registrou variação inferior à média nacional em virtude do desempenho da *Indústria*, com queda de 7,2% na *Construção*. Em Alagoas e Paraíba, a *Indústria* foi o único setor com variação em volume negativa também devido à *Construção* e, no caso da Paraíba, em decorrência, também, das *Indústrias de transformação*.

Evolução das participações do PIB entre 2017 e 2018

Entre 2017 e 2018, a Região Sudeste elevou a sua participação na economia brasileira em 0,2 ponto percentual (p.p.), passando de 52,9% para 53,1% em relação ao PIB nacional. Esse ganho de participação ocorreu devido ao desempenho do PIB do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que foram as duas Unidades da Federação com os maiores acréscimos relativos, com 0,6 p.p. e 0,3 p.p., respectivamente. Em ambos os Estados, o desempenho foi favorecido pelas *Indústrias extrativas*, com o aumento dos preços do petróleo. O incremento da participação do Espírito Santo e do Rio de Janeiro no PIB brasileiro em 2018 foi suficiente para compensar a queda de 0,6 p.p. observada na participação do Estado de São Paulo, enquanto Minas Gerais não alterou tal relação.

Na Região Sul, houve aumento de participação de 0,1 p.p., para o qual contribuíram os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, o aumento relativo foi distribuído entre as atividades de *Serviços*, com destaque para os serviços de comércio. O Rio Grande do Sul, por sua vez, ganhou participação nas *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares* e nas *Indústrias de transformação*. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por outro lado, perderam participação em 2018, na comparação com 2017.

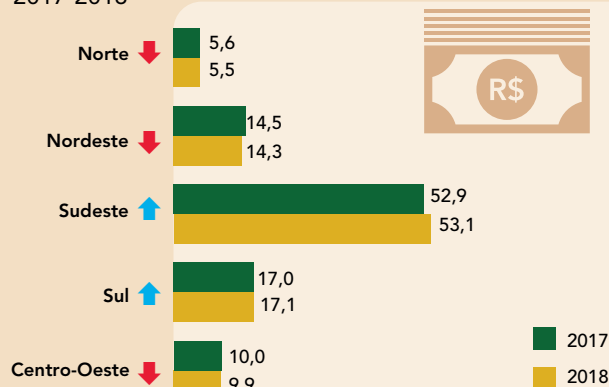
As Unidades da Federação que perderam participação no PIB entre 2017 e 2018 foram: São Paulo (-0,6 p.p.), Rondônia (-0,1 p.p.), Pará

(-0,1 p.p.), Pernambuco (-0,1 p.p.), Paraná (-0,1 p.p.), Goiás (-0,1 p.p.) e Distrito Federal (-0,1 p.p.).

São Paulo registrou, pelo segundo ano consecutivo, a maior perda de valor relativo entre as Unidades da Federação, apesar da variação em volume positiva e do aumento nominal do PIB. Esse desempenho foi motivado, em grande medida, pelas *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*, que perderam peso na economia nacional devido, principalmente, à redução da taxa de juros. Também influenciaram o resultado da participação de São Paulo as atividades de *Construção*, *Indústrias de transformação* e *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*.

Participação do PIB das Grandes Regiões no PIB do Brasil (%)

2017-2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O Estado do Pará perdeu participação no PIB nacional, apesar do crescimento em volume de 3,0%, em virtude do desempenho relativo das *Indústrias extrativas*. Isso porque, apesar do incremento verificado na produção de minério de ferro em 2018, o aumento dos preços internacionais desse produto foi menor que a elevação dos preços do petróleo. Destacaram-se ainda, na economia paraense em 2018, as retrações nas atividades de *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, resultantes da redução no cultivo de mandioca, e das *Indústrias de transformação*, devido aos decréscimos observados na fabricação de produtos alimentícios e na metalurgia do alumínio. Rondônia também perdeu participação, apesar do crescimento em volume acima da média, mas, nesse caso, em decorrência do aumento de custos na geração de energia elétrica.

O Estado de Pernambuco, um dos destaques de ganho de participação em função da indústria automobilística em 2017, perdeu 0,1 p.p., em 2018, em razão do efeito dos preços do petróleo que elevaram os custos da atividade de refino de petróleo e coque. Cabe ressaltar que o impacto dos preços do petróleo desempenhou grande papel nas oscilações de participação em 2018, tendo beneficiado com acréscimo de valor adicionado os Estados com maior peso na extração do produto, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, e contribuído para a perda de participação de outros, como Pernambuco e Paraná, com peso na indústria de refino do País, e segmentos das *Indústrias de transformação* que utilizam o petróleo como matéria-prima.

Participação percentual e posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil

Unidades da Federação	2017		2018	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Rondônia	0,7	22 ^a	0,6	22 ^a
Acre	0,2	26 ^a	0,2	26 ^a
Amazonas	1,4	16 ^a	1,4	16 ^a
Roraima	0,2	27 ^a	0,2	27 ^a
Pará	2,4	11 ^a	2,3	11 ^a
Amapá	0,2	25 ^a	0,2	25 ^a
Tocantins	0,5	24 ^a	0,5	24 ^a
Maranhão	1,4	17 ^a	1,4	17 ^a
Piauí	0,7	21 ^a	0,7	21 ^a
Ceará	2,2	12 ^a	2,2	12 ^a
Rio Grande do Norte	1,0	18 ^a	1,0	18 ^a
Paraíba	0,9	19 ^a	0,9	19 ^a
Pernambuco	2,8	10 ^a	2,7	10 ^a
Alagoas	0,8	20 ^a	0,8	20 ^a
Sergipe	0,6	23 ^a	0,6	23 ^a
Bahia	4,1	7 ^a	4,1	7 ^a
Minas Gerais	8,8	3 ^a	8,8	3 ^a
Espírito Santo	1,7	14 ^a	2,0	14 ^a
Rio de Janeiro	10,2	2 ^a	10,8	2 ^a
São Paulo	32,2	1 ^a	31,6	1 ^a
Paraná	6,4	5 ^a	6,3	5 ^a
Santa Catarina	4,2	6 ^a	4,3	6 ^a
Rio Grande do Sul	6,4	4 ^a	6,5	4 ^a
Mato Grosso do Sul	1,5	15 ^a	1,5	15 ^a
Mato Grosso	1,9	13 ^a	2,0	13 ^a
Goiás	2,9	9 ^a	2,8	9 ^a
Distrito Federal	3,7	8 ^a	3,6	8 ^a

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A perda de participação observada em Goiás foi motivada, em grande medida, pelas atividades de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*, *Indústrias de transformação* e *Construção*. Quanto ao Distrito Federal, a perda de participação esteve relacionada, pelo segundo ano consecutivo, à redução da participação nos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, já que essa Unidade da Federação manteve sua participação no total do valor adicionado bruto do Brasil.

Em termos de posição relativa na participação do PIB, não houve alterações entre 2017 e 2018. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais ocuparam as três primeiras posições, somando mais de 50% do valor do PIB nacional em 2018. Em seguida, figuraram os três Estados da Região Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, na quarta, quinta e sexta colocações, respectivamente. Santa Catarina e Bahia trocaram de posições algumas vezes ao longo da série, mas os ganhos de participação da economia catarinense contribuíram para firmá-la na sexta posição, desde 2017.

Mesmo mantendo participação de 4,1% entre 2017 e 2018, o Estado da Bahia continuou ocupando a maior posição relativa (sétima) entre os da Região Nordeste, seguido por Pernambuco, na 10^a colocação. Na Região Centro-Oeste, o Distrito Federal foi a Unidade da Federação com a maior posição no *ranking* de participação no PIB em 2018, no oitavo lugar, com 3,6% (3,7% em 2017). Na Região Norte, por sua vez, o Pará foi o maior destaque, na 11^a posição.

Análise do período 2002-2018²

Desempenho em volume do PIB

Na série 2002-2018, o PIB em volume do Brasil apresentou crescimento médio de 2,4% ao ano (a.a.). Mato Grosso registrou o maior destaque entre as 27 Unidades da Federação, com variação média de 5,1% a.a., vindo, a seguir, Tocantins, com incremento de 4,9% a.a.; Roraima, com 4,2% a.a.; e Piauí, com 4,1% a.a.

Nos Estados de Mato Grosso, do Tocantins e do Piauí, os quais assumiram a primeira, a segunda e a quarta colocações entre as maiores variações médias, respectivamente, contribuiu para o resultado em volume o desempenho da *Agropecuária*. Os três Estados ganharam relevância nacional nesse setor ao longo da série devido ao cultivo de soja. No caso de Mato Grosso, o desempenho da *Agropecuária* vincula-se também ao cultivo de algodão herbáceo e à criação de bovinos na pecuária. Além do impacto da *Agropecuária* na variação em volume do PIB entre 2002 e 2018, o Tocantins avançou também nas atividades de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Construção*. O Piauí, por sua vez, destacou-se em *Elettricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*, em que apresentou a maior variação entre as Unidades da Federação em função do aumento da geração de energia elétrica com fonte eólica. Em Roraima, que ocupou a terceira posição em relação às variações em volume médias na série 2002-2018, o acréscimo se deu sobretudo nos serviços de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*.

Na análise por Grandes Regiões, observa-se que todos os Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram variações em volume do PIB superiores à média nacional no período. Na Região Nordeste, apenas Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe ficaram abaixo do crescimento médio da série (2,4% a.a.), com variações de 2,2% a.a., 2,0% a.a. e 2,0% a.a., respectivamente. Na Região Sudeste, apenas o Espírito Santo apresentou variação superior à média nacional, com incremento de 2,9% a.a., enquanto o Rio de Janeiro registrou a menor variação entre as 27 Unidades da Federação (1,4% a.a.). Por fim, na Região Sul, o Estado de Santa Catarina ocupou a maior posição, com variação de 2,5% a.a., enquanto a variação percentual do Rio Grande do Sul, de 1,8% a.a., foi a segunda menor na comparação nacional, à frente apenas da observada no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro (1,4% a.a.) e o Rio Grande do Sul (1,8% a.a.) tiveram em comum a variação em volume negativa acumulada na série nas *Indústrias de transformação*. No Rio de Janeiro, somaram-se ainda os efeitos da variação negativa em *Construção* e do resultado das *Indústrias extrativas*, cuja variação, apesar de positiva, foi inferior à média nacional. Em Sergipe, Estado com a terceira menor variação média ao longo da série, o desempenho foi influenciado, principalmente, pela *Agropecuária* e pela *Elettricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*.

² A série 2002 a 2009 refere-se à série retropolada das Contas Regionais tendo por referência o ano de 2010 e, a partir de 2010 a série é estimada.

Variações, acumulada e média ao ano, em volume do PIB das Unidades da Federação e respectivas posições relativas no PIB do Brasil

2002/2018

Variação em volume acumulada do Brasil: 45,0%

Variação em volume média ao ano do Brasil: 2,4%

Mato Grosso

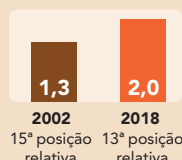
Variação em volume do PIB

121,3% acumulada

5,1% a.a.

1ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Tocantins

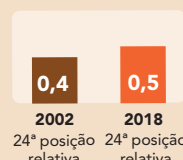
Variação em volume do PIB

114,1% acumulada

4,9% a.a.

2ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Roraima

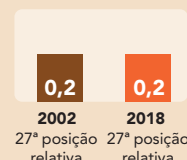
Variação em volume do PIB

92,7% acumulada

4,2% a.a.

3ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Piauí

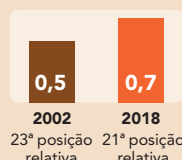
Variação em volume do PIB

90,0% acumulada

4,1% a.a.

4ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rondônia

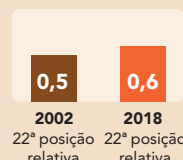
Variação em volume do PIB

87,1% acumulada

4,0% a.a.

5ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Maranhão

Variação em volume do PIB

80,5% acumulada

3,8% a.a.

6ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Acre

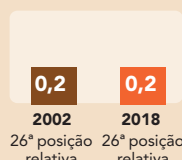
Variação em volume do PIB

78,1% acumulada

3,7% a.a.

7ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Mato Grosso do Sul

Variação em volume do PIB

78,1% acumulada

3,7% a.a.

8ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Amapá

Variação em volume do PIB

74,5% acumulada

3,5% a.a.

9ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Amazonas

Variação em volume do PIB

73,5% acumulada

3,5% a.a.

10ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Pará

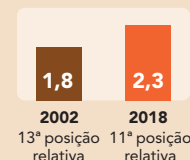
Variação em volume do PIB

69,2% acumulada

3,3% a.a.

11ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Paraíba

Variação em volume do PIB

64,5% acumulada

3,2% a.a.

12ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Goiás

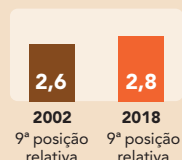
Variação em volume do PIB

63,1% acumulada

3,1% a.a.

13ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Distrito Federal

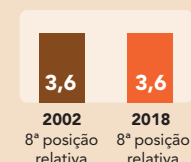
Variação em volume do PIB

60,5% acumulada

3,0% a.a.

14ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Espírito Santo

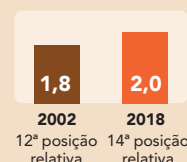
Variação em volume do PIB

59,1% acumulada

2,9% a.a.

15ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Ceará

Variação em volume do PIB

55,1%
acumulada

2,8% a.a.
16ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



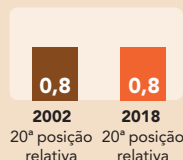
Alagoas

Variação em volume do PIB

50,0%
acumulada

2,6% a.a.
17ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Pernambuco

Variação em volume do PIB

48,5%
acumulada

2,5% a.a.
18ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Santa Catarina

Variação em volume do PIB

47,8%
acumulada

2,5% a.a.
19ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Paraná

Variação em volume do PIB

42,7%
acumulada

2,2% a.a.
20ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



São Paulo

Variação em volume do PIB

41,5%
acumulada

2,2% a.a.
21ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Bahia

Variação em volume do PIB

41,5%
acumulada

2,2% a.a.
22ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



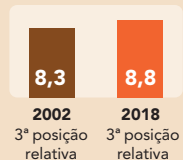
Minas Gerais

Variação em volume do PIB

38,2%
acumulada

2,0% a.a.
23ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rio Grande do Norte

Variação em volume do PIB

37,8%
acumulada

2,0% a.a.
24ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Sergipe

Variação em volume do PIB

37,3%
acumulada

2,0% a.a.
25ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



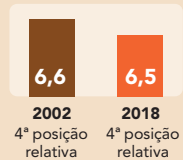
Rio Grande do Sul

Variação em volume do PIB

32,5%
acumulada

1,8% a.a.
26ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



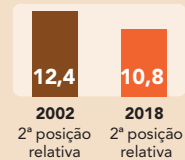
Rio de Janeiro

Variação em volume do PIB

24,6%
acumulada

1,4% a.a.
27ª posição relativa

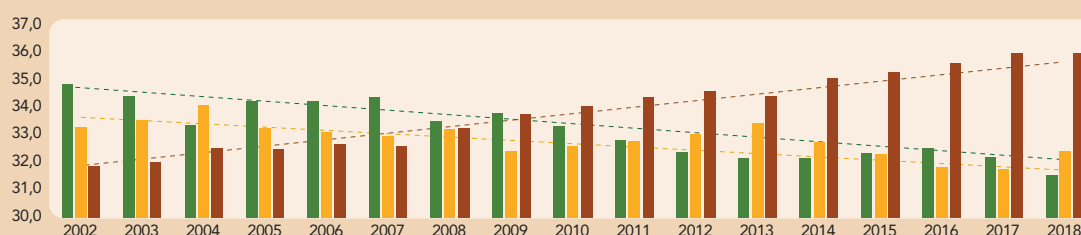
Participação no PIB do Brasil (%)



Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)

■ São Paulo
■ Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná
■ Outros



Concentração econômica

Em termos de participação no PIB ao longo da série, as Regiões Centro-Oeste e Nordeste registraram os maiores ganhos relativos entre 2002 e 2018, com avanços de 1,3 p.p. e 1,2 p.p., respectivamente. No sentido contrário, a Região Sudeste foi a única a perder participação no período, porém, mesmo com a redução de 4,3 p.p., ela se manteve como a Região de maior participação e representou 53,1% do PIB em 2018 (57,4% em 2002).

Na Região Nordeste, os Estados com os maiores ganhos de participação no PIB, entre 2002 e 2018, foram Maranhão, Ceará, Pernambuco (todos com ganhos de 0,3 p.p.) e Piauí (0,2 p.p.). Maranhão, Piauí e Ceará apresentaram ganhos de participação vinculados, em grande medida, à *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*, devido ao aumento da geração de energia elétrica. O Piauí também mostrou avanço relativo na *Agropecuária*. Em Pernambuco, o ganho de participação esteve atrelado às *Indústrias de transformação*, já que, ao longo da série, desenvolveram-se no Estado as indústrias de refino de petróleo e automobilística.

Na Região Centro-Oeste, Mato Grosso registrou o maior acréscimo de participação no PIB, entre 2002 e 2018 (0,7 p.p.), o que resultou em um avanço de duas posições relativas no *ranking*: da 15ª para a 13ª. Como a *Agropecuária* foi a atividade que mais impactou o crescimento do PIB mato-grossense na série, fortemente amparada nas produções de soja e algodão herbáceo, foi também essa atividade que justificou o ganho de valor relativo. Ainda no Centro-Oeste, os Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás também ganharam participação na série e avançaram 0,4 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente. O Distrito Federal, por sua vez, registrou o seu pico de participação em 2016 (3,8%), mas apresentou, em 2018, a mesma participação do início da série (3,6%).

São Paulo e Rio de Janeiro foram os dois Estados com as maiores reduções de participação no PIB entre 2002 e 2018. Em São Paulo, a perda de participação de 3,3 p.p. distribuiu-se entre atividades dos três setores da economia, com algum destaque para *Agropecuária*, *Indústrias de transformação* e *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*. O Rio de Janeiro reduziu a sua participação em 1,6 p.p. devido, em grande medida, à atividade das *Indústrias extrativas*, em que perdeu participação para os Estados de Minas Gerais, Pará e São Paulo, os quais registraram maior expansão da atividade, ao longo da série, que a economia fluminense. Mesmo com as reduções, São Paulo e Rio de Janeiro mantiveram as posições de primeira e segunda economias do País.

As Regiões Sul e Norte apresentaram aumentos de 0,9 p.p. e 0,8 p.p., respectivamente, no PIB nacional, entre 2002 e 2018. O Pará destacou-se na Região Norte, com ganho de 0,5 p.p. em virtude do avanço observado nas indústrias de extração de minério de ferro e geração de energia elétrica. Na Região Sul, Santa Catarina foi o destaque, com acréscimo de 0,6 p.p. e ganho relativo nos serviços de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*.

PIB per capita³

O PIB *per capita* do Brasil, em 2018, foi R\$ 33 593,82 e apresentou um aumento de 5,9% em valor em relação a 2017 (R\$ 31 712,65). O Distrito Federal manteve-se como a Unidade da Federação com o maior PIB *per capita* brasileiro, com R\$ 85 661,39, o que é cerca de 2,5 vezes maior que o PIB *per capita* do País.

No *ranking* de posição relativa segundo o PIB *per capita*, atesta-se a predominância dos Estados das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste entre as 10 primeiras colocações. No Sudeste, São Paulo figurou na segunda posição; Rio de Janeiro, na terceira; Espírito Santo, em nona; e Minas Gerais, na 10ª. Enquanto São Paulo e o Rio de Janeiro mantiveram suas posições ao longo de toda a série, Minas Gerais subiu três em relação a 2002, e o Espírito Santo caiu da sétima para a nona colocação. Em relação a 2017, porém, o Espírito Santo subiu uma posição.

Na Região Sul, Santa Catarina, constou na quarta posição desse *ranking* – a mesma de 2002. O Estado possui a menor participação na população da Região Sul e por isso se manteve em colocação superior às do Rio Grande do Sul e Paraná, os quais, apesar de apresentarem maior participação no PIB, figuraram na quinta e na oitava posições, respectivamente, em termos de PIB *per capita*.

Na Região Centro-Oeste, foi Mato Grosso que mais avançou em posição relativa entre 2002 e 2018, saindo da 11ª para a sexta. Ao início da série, o PIB *per capita* mato-grossense representava cerca de 90% do PIB *per capita* nacional, porém, em 2018, essa razão alcançou 1,2. Mato Grosso do Sul também registrou PIB *per capita* superior ao nacional em 2018 e avançou da oitava para a sétima posição ao longo da série. Goiás, por sua vez, foi o único Estado do Centro-Oeste com PIB *per capita* menor que o nacional em toda a série, além de ter caído, da 10ª para a 11ª posição, entre 2002 e 2018.

Entre os Estados de menor PIB *per capita* em 2018, Piauí e Maranhão ocuparam a 26ª e a 27ª posições, respectivamente. Abaixo da 20ª colocação no *ranking* de posição relativa, situaram-se, quase exclusivamente, os Estados da Região Nordeste, sendo o Acre, da Região Norte, a única exceção, ocupando o 22º lugar. Entre os Estados do Nordeste de maior posição em relação ao PIB *per capita*, ficaram Pernambuco (17ª) e Bahia (18ª): ambos elevaram sua razão PIB *per capita* de 0,5 para 0,6 em relação ao valor nacional e subiram duas posições na comparação com 2002.

Na Região Norte, Rondônia registrou a maior posição (12ª), com razão de PIB *per capita* de 0,8 em 2018 (0,6 em 2002), e o Tocantins foi o Estado que mais avançou, saindo do 21º para o 15º lugar no período. Amazonas e Roraima, apesar de estarem em colocações superiores à do Tocantins em 2018,

³ Considerou-se a população residente estimada para 1º de julho de 2018, segundo as Unidades da Federação, enviada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU.

apresentaram redução da razão do PIB *per capita* ao longo da série, perdendo, assim, posições.

Na comparação do desempenho das Unidades da Federação, é preciso destacar as participações da população relativamente

mais altas que as do PIB na Região Nordeste. Devido à concentração populacional, Estados de maior participação no PIB, como Pernambuco, Bahia e Ceará, registraram valores de PIB *per capita* inferiores aos d Estados com PIB menor, como Rondônia, Roraima e Amapá.

Valor corrente e posição relativa do PIB *per capita* das Unidades da Federação e razão entre este e o PIB *per capita* do Brasil

2018 2002

Unidades da Federação	PIB <i>per capita</i>		Razão entre o PIB <i>per capita</i> das Unidades da Federação e o PIB <i>per capita</i> do Brasil	
	Valor corrente (R\$)	Posição relativa		
Distrito Federal	85 661,39 24 721,18	1ª 1ª	2,5 2,9	
São Paulo	48 542,24 13 443,91	2ª 2ª	1,4 1,6	
Rio de Janeiro	44 222,66 12 414,77	3ª 3ª	1,3 1,5	
Santa Catarina	42 149,30 9 745,87	4ª 4ª	1,3 1,2	
Rio Grande do Sul	40 362,75 9 423,79	5ª 5ª	1,2 1,1	
Mato Grosso	39 931,13 7 265,37	6ª 11ª	1,2 0,9	
Mato Grosso do Sul	38 925,85 7 599,05	7ª 8ª	1,2 0,9	
Paraná	38 772,74 8 927,46	8ª 6ª	1,2 1,1	
Espírito Santo	34 493,12 8 348,80	9ª 7ª	1,0 1,0	
Brasil	33 593,82 8 440,27		1,0 1,0	
Minas Gerais	29 223,22 6 703,46	10ª 13ª	0,9 0,8	
Goiás	28 272,96 7 307,95	11ª 10ª	0,8 0,9	
Rondônia	25 554,31 5 147,41	12ª 16ª	0,8 0,6	
Amazonas	24 532,90 7 353,15	13ª 9ª	0,7 0,9	
Roraima	23 188,92 6 736,70	14ª 12ª	0,7 0,8	
Tocantins	22 933,07 4 344,12	15ª 21ª	0,7 0,5	
Amapá	20 247,53 5 977,03	16ª 14ª	0,6 0,7	
Pernambuco	19 623,65 4 426,56	17ª 19ª	0,6 0,5	
Bahia	19 324,04 4 388,28	18ª 20ª	0,6 0,5	
Rio Grande do Norte	19 249,60 4 709,83	19ª 18ª	0,6 0,6	
Pará	18 952,21 4 043,64	20ª 22ª	0,6 0,5	
Sergipe	18 442,63 5 529,80	21ª 15ª	0,5 0,7	
Acre	17 636,88 4 876,17	22ª 17ª	0,5 0,6	
Ceará	17 178,26 3 712,24	23ª 24ª	0,5 0,4	
Alagoas	16 375,56 3 962,88	24ª 23ª	0,5 0,5	
Paraíba	16 107,51 3 627,98	25ª 25ª	0,5 0,4	
Piauí	15 432,05 2 440,70	26ª 27ª	0,5 0,3	
Maranhão	13 955,75 2 718,05	27ª 26ª	0,4 0,3	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Ao verificar a distribuição regional da população e do PIB, percebe-se que a Região Sudeste, apesar de concentrar mais de 40% da população brasileira, registrou PIB *per capita* relativamente alto, já que seu peso no PIB nacional foi superior ao das demais. Na Região Nordeste, a participação da população em relação ao total da população brasileira foi 27,9% em 2002, o que representou mais do que o dobro de sua participação no PIB daquele ano, discrepância essa que foi reduzida até 2018, mas o comportamento se manteve. Na Região Norte, a participação da população também foi superior à do PIB entre 2002 e 2018, devido, sobretudo, aos Estados do Pará e Amazonas.

Na análise da razão do PIB *per capita* por Grandes Regiões, observa-se que o Centro-Oeste apresentou a maior razão em 2018 (1,29), influenciado, principalmente, pelo Distrito Federal, seguido pelo Sudeste (1,26). No Sudeste, a redução da participação no PIB explica a redução da razão entre 2002 e 2018, enquanto, no Centro-Oeste, houve aumento ao longo da série, devido aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

As Regiões Norte e Nordeste, apesar de apresentarem as menores razões de PIB *per capita*, aproximaram-se da média nacional ao longo da série. Isso ocorreu em virtude da variação de suas participações no PIB, superiores às variações de suas participações no total da população brasileira.

Participação no PIB e na população do Brasil, razão entre essas participações e respectivas diferenças, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Participação no PIB do Brasil (%)		Participação na população do Brasil (%)		Razão entre a participação no PIB e a participação na população do Brasil		Diferença das participações na população do Brasil 2002/2018	Diferença das participações no PIB do Brasil 2002/2018	Diferença das razões entre as participações no PIB e na população do Brasil 2002/2018
	2002	2018	2002	2018	2002	2018			
Norte	4,7	5,5	7,8	8,7	0,60	0,63	0,9	0,8	0,03
Nordeste	13,1	14,3	27,9	27,2	0,47	0,53	(-) 0,7	1,2	0,06
Sudeste	57,4	53,1	42,6	42,1	1,35	1,26	(-) 0,5	(-) 4,3	(-) 0,08
Sul	16,2	17,1	14,7	14,3	1,10	1,20	(-) 0,4	0,9	0,09
Centro-Oeste	8,6	9,9	7,0	7,7	1,24	1,29	0,7	1,3	0,05
Centro-Oeste exceto DF	5,0	6,3	5,7	6,3	0,87	1,00	0,6	1,3	0,13

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB pela ótica da renda

Na análise do PIB pela ótica da renda em 2018, observa-se que a remuneração dos empregados, principal componente da renda, perdeu participação em relação ao ano anterior pelo segundo ano consecutivo, saindo de 44,3%, em 2017, para 43,6% do PIB brasileiro, em 2018. O desempenho da remuneração dos empregados relacionou-se à queda do número de ocupados com vínculo e ao crescimento nominal de 4,6% desse componente, que foi inferior às variações verificadas nos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação (9,5%) e no excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto (7,1%).

O acréscimo de 0,3 p.p. do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto no PIB pela ótica da renda, em 2018, justificou-se pelo aumento em valor de atividades intensivas em capital na *Indústria* e pelo crescimento do rendimento misto bruto dos trabalhadores autônomos nos *Serviços*. Os impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação, por sua vez, ganharam 0,5 p.p. de participação devido ao incremento da arrecadação do ICMS e da COFINS.

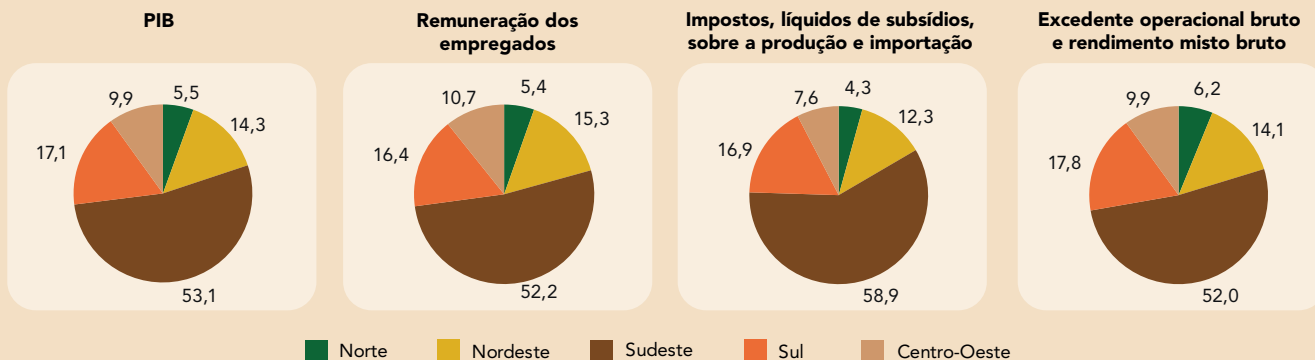
Na análise por Grandes Regiões, observa-se que as Regiões Sudeste e Sul foram as que mais contribuíram para a perda da participação

das remunerações dos empregados no âmbito nacional, com reduções de 1,1 p.p. e 0,7 p.p. em seus respectivos PIBs. Na Região Sudeste, destacou-se o aumento do excedente operacional bruto no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, atrelado, em ambos os casos, ao incremento do valor adicionado nas *Indústrias extrativas*. Na Região Sul, o Rio Grande do Sul registrou redução da remuneração dos empregados, influenciada pela queda do número de empregados com vínculo, enquanto em Santa Catarina a redução do mesmo componente foi motivada pelo aumento relativo da participação dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação.

Em contrapartida, a Região Centro-Oeste manteve-se como a de maior participação na remuneração dos empregados em sua economia, tendo elevado o peso desse componente do PIB pela ótica da renda, de 47,0% para 47,1%, entre 2017 e 2018. A participação relativamente alta da remuneração dos empregados nessa Região é justificada, em grande medida, pelo destaque dos serviços de administração pública, atividade intensiva em mão de obra, na economia do Distrito Federal. No sentido contrário, pertence também ao Centro-Oeste a Unidade da Federação com o maior peso do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto, Mato Grosso, onde a participação desse componente correspondeu a 51,6% do total do PIB do Estado em 2018.

Participação das Grandes Regiões nos componentes do PIB pela ótica da renda (%)

2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A Região Norte destoou do desempenho médio nacional e registrou queda de 0,5 p.p. na participação do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto, em função da queda relativa desse componente nos Estados do Pará, do Tocantins e de Rondônia. Mesmo com a queda observada entre 2017 e 2018, o Norte manteve-se como a Região de maior participação do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto na distribuição dos componentes da renda. Entre os fatores que justificam o perfil dessa Região, estão a relevância das indústrias de transformação na economia do Amazonas, a extração de minério de ferro no Pará, o cultivo da soja voltado para a exportação no Tocantins, e a recente expansão da indústria de geração de energia elétrica no Pará e em Rondônia. Acre, Amapá e Roraima, por sua vez, apresentaram perfil diverso, com economias fortemente concentradas na remuneração dos empregados, ficando atrás apenas do Distrito Federal relativamente a esse quesito.

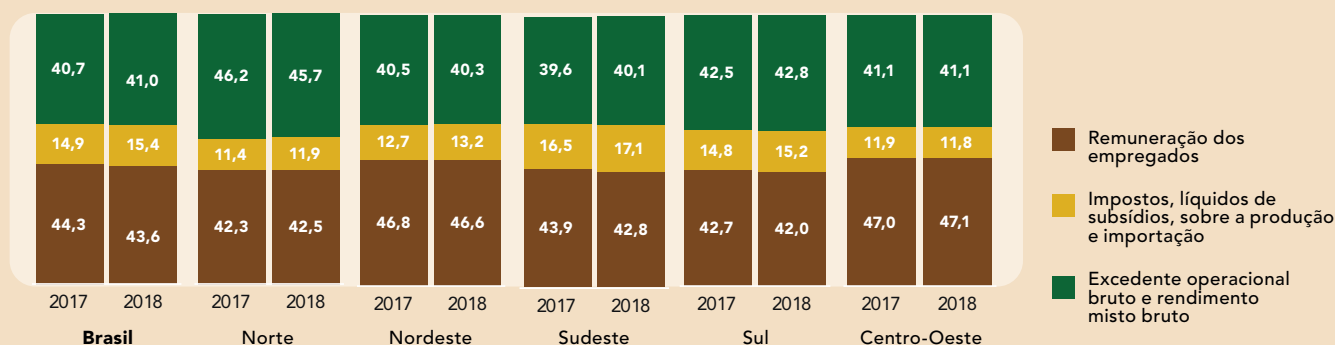
Na Região Nordeste, tanto a remuneração dos empregados quanto o excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto apresentaram redução de participação no total do PIB. Pernambuco registrou redução nominal do excedente operacio-

nal bruto mais o rendimento misto bruto devido ao impacto do aumento dos custos do refino de petróleo e da fabricação de automóveis, camionetas e utilitários na Indústria do Estado. Com exceção de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas e de Sergipe, os demais Estados nordestinos apresentaram perdas de participação da remuneração dos empregados em suas economias.

Na comparação regional da distribuição do PIB entre os componentes da renda, as Regiões Norte e Nordeste concentraram a maioria dos Estados com as maiores participações de remuneração dos empregados. Acre, Roraima, Amapá, Paraíba e Sergipe evidenciaram, todos deles, mais de 50% de seus respectivos PIBs voltados para a remuneração dos empregados, o que se vincula ao perfil econômico marcado pela alta participação das atividades de Serviços, notadamente os serviços públicos. No Nordeste, cuja participação da remuneração dos empregados representou 46,6% em 2018, Maranhão foi a única Unidade da Federação onde esse componente não foi o de maior valor relativo no PIB – o peso do excedente operacional bruto foi 45,4%, maior, portanto, que a remuneração dos empregados (42,5%).

Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Grandes Regiões (%)

2017-2018



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A Região Sul, a segunda de maior participação no PIB, destacou-se pelo relativo equilíbrio entre os componentes remuneração dos empregados e excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto, que corresponderam a 42,0% e 42,8% da Região, respectivamente. Santa Catarina foi o único entre os três Estados da Região Sul com participação da remuneração dos empregados (43,7%) superior à média nacional (43,6%) em

2018, mesmo sendo o peso da *Indústria* relativamente superior na economia desse Estado quando comparado ao observado no Paraná e no Rio Grande do Sul. Isso se explica pela presença de indústrias mais intensivas em capital nesses dois Estados, enquanto nas indústrias de transformação catarinenses ainda se destacam segmentos mais intensivos em trabalho, como a confecção de vestuário e acessórios. ■

Participação das Unidades da Federação nos componentes do PIB e dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Unidades da Federação (%)

2018

Unidades da Federação	Participação das Unidades da Federação no Brasil (%)			Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda (%)		
	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto
Brasil	100,0	100,0	100,0	43,6	15,4	41,0
Rondônia	0,7	0,5	0,7	46,1	11,3	42,7
Acre	0,3	0,2	0,2	53,2	11,6	35,2
Amazonas	1,3	1,6	1,5	38,6	17,1	44,2
Roraima	0,2	0,1	0,2	56,2	8,7	35,1
Pará	2,1	1,5	2,9	39,4	9,8	50,7
Amapá	0,3	0,1	0,2	55,4	7,4	37,3
Tocantins	0,5	0,4	0,5	46,5	10,6	42,9
Maranhão	1,4	1,1	1,6	42,5	12,1	45,4
Piauí	0,8	0,6	0,7	49,0	11,8	39,2
Ceará	2,5	1,9	2,1	48,7	13,0	38,3
Rio Grande do Norte	1,1	0,7	0,9	48,9	11,9	39,2
Paraíba	1,1	0,7	0,8	52,4	12,0	35,6
Pernambuco	2,9	2,7	2,4	47,0	15,5	37,5
Alagoas	0,8	0,5	0,8	46,4	10,8	42,8
Sergipe	0,7	0,5	0,5	50,3	12,2	37,5
Bahia	4,1	3,6	4,3	43,7	13,5	42,8
Minas Gerais	8,9	7,8	9,0	44,3	13,6	42,1
Espírito Santo	1,7	2,1	2,2	37,6	16,4	46,0
Rio de Janeiro	10,5	12,8	10,4	42,4	18,2	39,5
São Paulo	31,0	36,3	30,3	42,9	17,7	39,4
Paraná	6,0	5,8	6,7	42,0	14,2	43,8
Santa Catarina	4,3	5,0	4,0	43,7	18,1	38,3
Rio Grande do Sul	6,1	6,1	7,1	40,9	14,3	44,8
Mato Grosso do Sul	1,4	1,1	1,9	38,9	10,9	50,2
Mato Grosso	1,7	1,4	2,5	37,1	11,2	51,6
Goiás	2,8	2,2	3,0	44,0	12,2	43,8
Distrito Federal	4,9	2,9	2,6	58,3	12,1	29,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas
Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Pixabay

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de
resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre a
pesquisa

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>